

IDENTIDADE DE GÊNERO, DISFORIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA **Desconstruindo binarismos e respeitando a diversidade**

Diego Vinícius Brito dos Santos ¹

RESUMO

Este estudo aborda o papel da instituição escolar na promoção da disforia de gênero entre estudantes, considerando o contexto heteronormativo e transfóbico em que se encontram. Inicialmente, é estabelecida uma base conceitual, diferenciando identidade de gênero e sexualidade. Em seguida, é feito um resgate histórico da construção do binarismo de gênero e suas implicações na sociedade contemporânea, ao passo que é discutido a influência da escola na conformação das identidades de gênero dos estudantes, considerando a transmissão e perpetuação dos papéis de gênero. O artigo também explora práticas cisheteronormativas presentes no ambiente escolar que podem contribuir para a experiência da disforia de gênero. Por fim, são apresentadas abordagens alternativas e inclusivas na educação de gênero como contrapartidas à instituição escolar heteronormativa.

PALAVRAS-CHAVE:

Disforia de gênero; instituição escolar; identidade de gênero; cisheteronormatividade.

GENDER IDENTITY, DYSPHORIA, AND INCLUSIVE EDUCATION **Deconstructing Binarism and Respecting Diversity**

ABSTRACT

This study addresses the role of the school institution in promoting gender dysphoria among students, considering the heteronormative and transphobic context they face. Initially, a conceptual foundation is established, differentiating gender identity from sexuality. Subsequently, a historical overview of the construction of gender binary and its implications in contemporary society is provided, while discussing the school's influence on shaping students' gender identities, including the transmission and perpetuation of gender roles. The article also explores cis-heteronormative practices in the school environment that can contribute to the experience of gender dysphoria. Finally, alternative and inclusive approaches to gender education are presented as countermeasures to the heteronormative school institution.

KEYWORDS

Gender dysphoria; school institution; gender identity; cis-heteronormativity.

Introdução

A instituição escolar desempenha um papel fundamental na formação intelectual e identitária dos estudantes, influenciando significativamente a percepção de si mesmos e do mundo ao redor. No entanto, é importante refletir sobre como essa influência pode impactar a vivência dos estudantes com disforia de gênero, que estão em processo de construção de suas identidades de gênero e enfrentam desafios específicos em um contexto heteronormativo, transfóbico e, é claro, violento com pessoas trans, segundo dados fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo explorar a questão: de que forma a instituição escolar contribui para a promoção da disforia de gênero entre estudantes? E como podemos reverter essa promoção? Para tanto, serão abordados alguns pontos que proporcionarão uma compreensão mais abrangente do tema, permitindo a análise crítica da influência da escola nesse contexto.

Inicialmente, será necessário estabelecer uma base conceitual sólida, abordando a distinção entre identidade de gênero e sexualidade. Essa diferenciação se faz essencial para evitar confusões e compreender como a instituição escolar pode promover a disforia de gênero de forma distinta da identidade de gênero dos estudantes. Será também explorada a disforia de gênero sob a perspectiva biológica, comparando-a com a uma visão socioantropológica que considera as construções sociais, históricas e culturais.

Em seguida, é necessário resgatar historicamente a construção do binarismo de gênero, identificando as origens e as implicações dessa estrutura de pensamento na sociedade contemporânea. A compreensão das bases históricas do binarismo de gênero é essencial

para contextualizar as normas e expectativas de gênero que permeiam o espaço da instituição escolar e de outras instituições sociais na sociedade contemporânea.

Além disso, é fundamental refletir sobre a construção dos papéis de gênero e como eles são transmitidos e perpetuados no ambiente escolar. Essa análise possibilitará compreender como a instituição escolar exerce influência na conformação das identidades de gênero de estudantes, muitas vezes reforçando estereótipos e limitando a expressão da diversidade de identidades de gênero.

Assim, será possível situar a instituição escolar na promoção da disforia de gênero. Serão exploradas práticas e normas cisheteronormativas que podem contribuir para a experiência da disforia de gênero entre os estudantes. Apresentaremos alguns estudos que retratam essa realidade.

Por fim, serão apontadas contrapartidas à instituição escolar heteronormativa, discutindo abordagens alternativas e inclusivas na educação de gênero. A apresentação de exemplos de ações e intervenções que promovam a diversidade de identidades de gênero poderá fornecer *insights* para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso, capaz de mitigar a promoção da disforia de gênero entre os estudantes.

Identidade de gênero e sexualidade

A compreensão dos conceitos de identidade de gênero e sexualidade é fundamental para discutir a promoção da disforia de gênero pela instituição escolar. Esses termos frequentemente são confundidos, mas possuem significados distintos e são influentes na forma como as pessoas se percebem e se relacionam com o mundo ao

seu redor. Em um momento histórico como o atual, já não é possível desviar o olhar e atenção para essa questão. O gênero e a sexualidade hoje adquiriram dimensões nunca antes vistas, o que implica na necessidade de despertar estudos e pesquisas que os coloquem como elementos centrais para o debate acadêmico. Diante das transformações sociais e da luta pela visibilidade e reconhecimento da comunidade **LGBTQIAPN** +, torna-se indispensável dedicar esforços para desconstruir uma mentalidade que, em muitos aspectos, remonta a épocas medievais, na qual as formas de ser, transitar, existir, permanecer e se expressar na sociedade contemporânea são discriminatórias.

Segundo a **American Psychological Association (APA)**, a identidade de gênero refere-se à percepção interna e profunda de uma pessoa sobre o seu próprio gênero, que pode ser masculino, feminino, ambos, nenhum ou algum outro gênero que não se enquadre na tradicional e patriarcal dicotomia entre masculino/ feminino. É uma experiência subjetiva, que vai além do sexo biológico atribuído no ato de seu nascimento. Para Boucher e Chinnah (2020, p. 90), “a identidade sexual é um componente da identidade pessoal de uma pessoa, abrangendo crenças morais, éticas e religiosas no desenvolvimento de uma identidade multidimensional”, visto que essa identidade é fruto de um construto interdimensional influenciado por fatores biológicos, sociais, culturais e pessoais, e pode ser fluída ao longo do tempo, isto é, a identidade individual tanto é construída como reconstruída, conforme afirmado por Stuart Hall (2012, p. 108):

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Já a sexualidade refere-se aos padrões de atração emocional, romântica e/ou sexual de uma pessoa (APA, 2008). Ela envolve a atração que uma pessoa pode sentir por outras pessoas, seja do mesmo gênero, de gênero diferente ou de mais de um gênero. A sexualidade é uma dimensão complexa e diversa do âmbito humano, que abrange orientações como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, entre outras (Rios e Piovesan, 2001). Contudo, é importante ressaltar que a orientação sexual não está diretamente relacionada à identidade de gênero, embora ambas sejam elementos essenciais na construção da identidade pessoal dos sujeitos.

Para exemplificar isso, uma pessoa pode ter uma identidade de gênero não conformista e uma orientação sexual heterossexual, homossexual, bissexual ou qualquer outra. Por exemplo, uma pessoa transgênero feminina pode ser heterossexual, ou seja, pode se sentir atraída romanticamente e/ou sexualmente por pessoas do gênero oposto ao seu. Portanto, gênero e sexualidade não se confundem, são dimensões distintas da identidade de uma pessoa, que, uma vez interseccionadas, permitem conhecer uma pessoa em sua totalidade.

Sem a devida atenção aos significados e implicações desses termos, a sociedade tende a adotar uma perspectiva binária em relação ao gênero, com base em uma visão tradicional que classifica as pessoas em masculino e feminino, associando cada categoria a papéis, comportamentos e características específicas. No entanto, essa visão limitada não abarca a diversidade de experiências e identidades de gênero presentes na realidade. É importante reconhecer e respeitar a multiplicidade de identidades existentes, promovendo a igualdade, a inclusão e a liberdade de expressão de cada indivíduo.

A compreensão desses conceitos tem implicações significativas no contexto escolar. A instituição escolar desempenha um papel central

na formação das crianças e jovens, podendo influenciar sua percepção de si mesmos e do mundo ao seu redor. É fundamental que as escolas sejam espaços inclusivos e acolhedores, nos quais os estudantes possam construir, explorar e expressar livremente sua identidade de gênero e sexualidade, sem enfrentar discriminação, preconceito ou exclusão. No entanto, é importante reconhecer que, em muitos contextos, a instituição escolar ainda reproduz normas e estereótipos de gênero, perpetuando a ideia de que existe apenas uma forma “correta” de ser homem ou mulher. Essa aceção pode gerar conflitos e dificuldades para estudantes cujas identidades de gênero não se enquadram nos padrões tradicionais.

Diante desse panorama, torna-se essencial repensar as práticas educacionais, visando promover uma educação de gênero que seja inclusiva, respeitosa e sensível às múltiplas diversidades. Isso implica em garantir que os estudantes tenham acesso a informações adequadas sobre identidade de gênero e sexualidade, que sejam incentivados a questionar os estereótipos de gênero e que tenham espaços seguros para compartilhar suas experiências e expressar suas identidades de forma autêntica. Ao compreender os conceitos de identidade de gênero e sexualidade e sua relevância no contexto escolar, é possível refletir criticamente sobre a forma como a instituição escolar contribui para a promoção da disforia de gênero entre os estudantes e quais suas consequências.

Disforia de gênero: abordagem biológica e socioantropológica

A discussão em torno das perspectivas biológicas sobre a disforia de gênero tem sido objeto de interesse e debate dentro da comunidade científica nos últimos anos. Estudos como os de Hembree et al. (2017), Drescher e Byne (2012), Rios e Piovesan (2001), WPATH (2012), Coleman et al. (2012), Lev (2010), Serano (2007),

Clements- Nolle, Marx e Katz (2006) e Gomez- Gil et al. (2006) abrangem diferentes aspectos da disforia de gênero, incluindo diretrizes clínicas, experiências pessoais, estudos sobre qualidade de vida e impacto social. No entanto, apesar dos avanços na compreensão da disforia de gênero como uma condição médica, muitas questões ainda permanecem sem respostas e proporcionam um campo fértil para pesquisas adicionais. A complexidade dessa condição exige uma abordagem multidimensional que considere não apenas os aspectos biológicos, mas também os fatores psicossociais, culturais e históricos que influenciam a experiência das pessoas com disforia de gênero.

Uma das perspectivas biológicas sobre a disforia de gênero se concentra em investigar possíveis influências genéticas e hormonais na formação da identidade de gênero (Boucher e Chinnah, 2020). Estudos sugerem que certos fatores biológicos podem desempenhar um papel na determinação da identidade de gênero de uma pessoa. Por exemplo, pesquisas apontam para possíveis diferenças na estrutura cerebral, visto que, como “sabe-se que a estrutura dos cérebros masculino e feminino difere; verifica-se que as pessoas com disforia de gênero têm uma estrutura cerebral mais comparável ao gênero ao qual se identificam” (Boucher e Chinnah, 2020, p. 90).

Estudos de neuroimagem revelaram diferenças no cérebro de pessoas transgêneras em comparação com aquelas cisgêneras, especialmente em áreas associadas à identidade de gênero e à percepção do próprio corpo. Zhou et al. (1995), Kruijver et al. (2000), Savic e Arver (2011), Burke et al. (2017) e Guillamon et al. (2010) são exemplos de estudos que utilizaram diversas técnicas de neuroimagem, como ressonância magnética estrutural e funcional, para investigar diferenças na estrutura ou atividade cerebral entre pessoas transgêneras e cisgêneras. Essas pesquisas forneceram evidências que sugerem uma base biológica para a identidade de gênero e contribuíram ao entendimento das bases neurobiológicas

da disforia de gênero. No entanto, é importante destacar que a interpretação desses achados requer cautela e que mais pesquisas são necessárias para compreender plenamente a relação entre a estrutura cerebral e a identidade de gênero, como sugerido no estudo de Boucher e Chinnah (2020, p. 90):

A revisão da literatura sugere que existe uma disparidade entre os cérebros daqueles que se identificam de forma diferente com o gênero atribuído no nascimento, destacando uma sustentação multifatorial da identidade de gênero. Mais pesquisas são necessárias para esclarecer o mecanismo molecular disso, permitindo uma maior educação e compreensão desse fenômeno científico e social.

Além disso, algumas pesquisas têm explorado possíveis influências hormonais na disforia de gênero. Estudos como o de Hare et al. (2009), Gooren (2006), Moser e Devereux (2019), D'hoore e T'Sjoen (2022) e Guillamon et al. (2016) abordam diferentes aspectos das possíveis influências hormonais nessa condição, desde polimorfismos genéticos até os efeitos da terapia hormonal. Outros estudos, realizados em animais, também oferecem insights importantes. Arnold (2009), Phoenix et al. (1959), Gorski et al. (1978), Crews (2012) e Patisaul e Adewale (2009) investigaram a exposição a hormônios sexuais durante o desenvolvimento fetal e como isso pode influenciar a identidade de gênero posteriormente na vida. Embora essas pesquisas forneçam dados importantes, é válido ressaltar que ainda são necessárias mais investigações para compreender essas relações complexas e como elas se aplicam aos seres humanos.

No entanto, é importante destacar que essas perspectivas do campo da biologia e outras mais que estão/foram concebidas por meio dos mais diversos estudos, não são as únicas a serem consideradas na compreensão acerca da disforia de gênero. Como já afirmado, a identidade de gênero é um fenômeno multifacetado que também é influenciado por fatores psicossociais, culturais, sociais e individuais. A interação entre essas diferentes dimensões ainda é

objeto de estudo e debate, e uma abordagem abrangente é necessária para uma compreensão completa da disforia de gênero.

No campo das ciências humanas e sociais, a visão socioantropológica da disforia de gênero, por exemplo, oferece uma perspectiva valiosa para entender essa questão complexa para além das explicações biológicas. Essa abordagem busca examinar as influências sociais e culturais que moldam a construção da identidade de gênero e a experiência das pessoas transgêneras na sociedade. Diversos estudos têm contribuído para essa discussão, tanto no contexto nacional quanto internacional. Entre os estudos nacionais, destacam-se as obras de Carrara e Ramos (2017), Facchini (2017 e 2020), Bento (2017) e Tenório e Prado (2016), que trazem análises aprofundadas sobre as influências sociais e culturais na construção da identidade de gênero e nas experiências das pessoas transgêneras. Além disso, estudos estrangeiros também têm fornecido perspectivas relevantes sobre o tema. Autores como Suess Schwend (2020), Butler (1990), Davis (2015), Feinberg (1996), Namaste (2000), Serano (2007), Stone (1991), Straker (2008) e Valentine (2007) contribuem com análises socioantropológicas que enriquecem a compreensão das influências sociais e culturais na construção da identidade de gênero e nas vivências das pessoas transgêneras na sociedade contemporânea.

Uma das contribuições da visão socioantropológica é questionar a ideia de que a disforia de gênero é uma condição puramente individual e patológica. Em vez disso, enfatiza-se que as normas de gênero e as expectativas sociais desempenham um papel fundamental na construção da identidade de gênero e na maneira como as pessoas transgêneras são percebidas e tratadas pela sociedade.

Essa abordagem destaca como as normas de gênero são socialmente construídas e variam culturalmente, influenciando a forma como as pessoas são socializadas em relação às expectativas de comportamento

de acordo com seu sexo atribuído ao nascer. Isso cria uma pressão para que as pessoas se conformem aos papéis de gênero esperados, o que pode gerar conflitos internos quando a identidade de gênero não corresponde ao sexo designado. Esse aspecto é abordado pela antropóloga Margaret Mead, em seu livro “Sexo e Temperamento”, onde ela aborda a influência das diferentes culturas na construção dos papéis sociais de gênero. Mead (1935) argumenta que o comportamento humano é moldado pelas normas sociais e não é determinado exclusivamente pela biologia. O estudo da autora questiona as noções tradicionais de masculinidade e feminilidade, explorando como as sociedades podem criar expectativas e limitações com base no gênero. Assim, Mead defende a ideia de que as diferenças de gênero são socialmente construídas e podem variar significativamente entre diferentes culturas.

Além disso, outros pesquisadores, como Connell (1987, 2005), Butler, J. (1990), Lorber, J. (1994), Kimmel (2000) e Acker (1990), destacam como o sistema binário de gênero, que categoriza as pessoas em masculino e feminino de forma preconceituosa, exclui e marginaliza aqueles que não se encaixam nesses padrões estabelecidos. Isso pode levar à discriminação, estigmatização e violência contra pessoas transgêneras.

Ao analisar criticamente as perspectivas e conclusões vindas da sócio- antropologia sobre a disforia de gênero, é importante reconhecer que ela não nega a existência de componentes biológicos ou individuais na formação da identidade de gênero. No entanto, ela destaca a importância de entender a disforia de gênero dentro de um contexto mais amplo, considerando as influências sociais, culturais e estruturais que moldam as experiências das pessoas transgêneras.

Uma crítica possível é que essa abordagem pode correr o risco de minimizar a experiência individual das pessoas que vivenciam a disforia de gênero, reduzindo-a apenas a uma construção social.

É importante encontrar um equilíbrio entre a compreensão dos aspectos sociais e culturais da disforia de gênero e a Validação das experiências individuais das pessoas transgêneras.

Os enfoques biológico e socioantropológico oferecem perspectivas diferentes para a compreensão da disforia de gênero. Vamos comparar esses enfoques:

Enfoque Biológico

- a. Foco nas influências genéticas, hormonais e neurobiológicas na formação da identidade de gênero.
- b. Busca identificar diferenças biológicas entre pessoas cisgêneras e transgêneras, como estrutura Cerebral e atividade hormonal.
- c. Enfatiza a possibilidade de uma base biológica subjacente à disforia de gênero.
- d. Procura entender como fatores biológicos podem contribuir para a formação da identidade de gênero.

Enfoque Socioantropológico

- a. Explora as influências sociais, culturais e históricas na construção da identidade de gênero.
- b. Questiona as normas de gênero e as expectativas sociais que moldam a identidade de gênero.
- c. Destaca como o sistema binário de gênero e as normas de gênero podem excluir e marginalizar pessoas transgêneras.
- d. Analisa as relações de poder e hierarquia que influenciam a construção das normas de gênero.

Ao comparar essas abordagens, é importante destacar que uma não é superior a outra ou mais correta que a outra. Ambas oferecem perspectivas complementares para a compreensão da disforia de gênero. Enquanto o enfoque biológico traz uma contribuição ao examinar possíveis bases genéticas, hormonais e neurobiológicas para a disforia de gênero, ele fornece insights valiosos sobre diferenças biológicas que podem existir entre pessoas cisgêneras, transgêneras e agênero (sem gênero), ajudando a compreender a diversidade da experiência de gêneros. Por outro lado, o enfoque socioantropológico destaca a importância das influências sociais e culturais na construção da identidade de gênero. Questionando, assim, as normas de gênero estabelecidas, e evidenciando a necessidade de promover a inclusão e o respeito às pessoas transgêneras na sociedade.

Resgate sóciohistórico da construção do binarismo de gênero

A construção binária de gênero, sobretudo no ocidente, que categoriza as pessoas em masculino e feminino de forma rígida e dicotômica, tem raízes históricas que remontam a várias culturas e períodos da história humana. Ao explorar as origens históricas dessa construção, podemos compreender como ela se consolidou e influenciou as percepções e expectativas em relação ao gênero ao longo do tempo.

Uma das primeiras origens históricas da construção binária de gênero pode ser encontrada na Grécia Antiga, onde o filósofo Platão propôs a analogia das “almas gêmeas”. Essa analogia é apresentada no diálogo “O Banquete”. De acordo com Platão (2014), os seres humanos

originalmente possuíam uma forma única, andrógina, que combinava características masculinas e femininas. Essas criaturas eram poderosas e desafiaram os deuses. Como punição, Zeus dividiu os seres humanos ao meio, separando-os em duas metades, cada uma com uma metade da forma original. A partir desse momento, as duas metades estão destinadas a buscar sua outra metade para se sentirem completas novamente. Essa busca pela outra metade é a busca pelas almas gêmeas. Segundo Platão, a união das almas gêmeas é um desejo profundo e essencial para os seres humanos, pois é através desse encontro que eles podem recuperar sua totalidade e experimentar a plenitude do amor. Essa analogia é uma das primeiras teorias que expressa a dualidade fundamental entre masculino e feminino.

No contexto judaico-Cristão, as tradições religiosas tiveram uma influência significativa na consolidação da construção binária de gênero. No livro do Gênesis, por exemplo, é narrada a criação de Adão e Eva, onde Adão é criado primeiro e Eva é formada a partir de uma costela de Adão. Essa narrativa reforçou a ideia de uma divisão dual entre homem e mulher, com papéis e características específicos atribuídos a cada gênero. De acordo com Maranhão Filho e Franco (2019), a ideologia de gênesis afirma que Deus criou, unicamente, macho e fêmea, e considera Adão como o protótipo do homem cisgênero e heterossexual/afetivo. De acordo com essa ideologia, a salvação está associada ao domínio do masculino sobre a mulher, bem como ao domínio da cisgeneridade sobre a transgeneridade e da heterossexualidade/afetividade sobre a não-heterossexualidade/afetividade. Essa mentalidade atravessou e normalizou a Idade Média. Por meio da influência da Igreja Católica na sociedade ocidental, contribuiu-se para a manutenção e reforço da construção binária de gênero. A visão de que homens e mulheres possuíam naturezas distintas e complementares, com os homens sendo considerados superiores e responsáveis pela esfera pública, enquanto as mulheres eram relegadas à esfera

doméstica e submissas aos homens, foi amplamente difundida.

No século XVIII, o Iluminismo trouxe consigo uma nova perspectiva sobre a igualdade e a razão, questionando algumas das noções tradicionais sobre gênero. No entanto, a visão binária de gênero ainda persistiu em grande parte da sociedade, com a mulher sendo considerada como o “outro” em relação ao homem, com características e papéis específicos atribuídos a cada gênero (Wollstonecraft, 2010). No final do século XIX e início do século XX, com o movimento feminista e os debates sobre direitos das mulheres, surgiram questionamentos mais intensos em relação à construção binária de gênero (Scott, 1995). As teorias feministas passaram a desafiar as noções tradicionais sobre gênero, questionando a ideia de que as características e papéis sociais são inerentes ao sexo biológico (Bento; Pelúcio, 2012).

Atualmente, as discussões sobre gênero têm se ampliado ainda mais, com uma maior conscientização sobre a diversidade de identidades de gênero e a necessidade de superar os binarismos. Movimentos LGBTQIAPN + têm lutado por uma maior compreensão e aceitação das identidades de gênero não conformes, questionando a rigidez da construção binária e promovendo uma visão mais inclusiva e fluida do gênero.

Ao explorar esses casos históricos, podemos compreender como essa visão se consolidou ao longo do tempo e como ela tem moldado as percepções e expectativas em relação ao gênero na sociedade. Reconhecer a historicidade dessa construção nos permite questioná-la, desafiá-la e buscar uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero.

Em termos sociais, as normas de gênero, que estruturam a sociedade de hoje, são transmitidas e reforçadas historicamente por instituições sociais, como a família, a escola, a religião e os meios de comunicação. Desde a infância, as crianças são expostas a padrões de comportamento e papéis de gênero específicos, que

são ensinados e internalizados como normais e desejáveis. Essas influências sociais moldam as identidades de gênero e estabelecem expectativas sobre como as pessoas devem se comportar, se vestir, se relacionar e se expressar com base em sua identificação de gênero.

Do ponto de vista cultural, cada sociedade possui suas próprias construções e concepções de gênero, influenciadas por valores, crenças, tradições e práticas específicas. Muitas culturas tendem a reforçar a dicotomia de gênero, atribuindo diferentes papéis e responsabilidades a homens e mulheres. Essas normas culturais podem variar amplamente, desde a imposição de expectativas rígidas de comportamento para cada gênero até a segregação de espaços e atividades de acordo com o gênero.

A dimensão histórica desempenha um papel importante na perpetuação do binarismo de gênero. Ao longo da história, a divisão entre masculino e feminino tem sido reforçada por teorias, discursos e práticas que sustentam hierarquias de poder baseadas no gênero. Teóricos do passado, em sua maioria homens, buscaram fundamentar a superioridade masculina e a inferioridade feminina, enfatizando uma natureza fixa e imutável dos gêneros. Aristóteles, em “Política”, argumentou sobre a inferioridade natural das mulheres, destinando-as ao papel de submissão e cuidado doméstico. Arthur de Gobineau, em “Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas”, relacionou a superioridade masculina à superioridade de certas raças, considerando as mulheres como seres inferiores. Otto Weininger, em “Sexo e Caráter”, argumentou que os homens são superiores às mulheres tanto intelectualmente quanto moralmente, retratando a mulher como uma versão inferior e imperfeita do homem. Além dessas investidas teóricas de legitimar uma hierarquia de gênero, a construção binária de gênero também está intrinsecamente ligada ao sistema patriarcal, que privilegia o masculino em detrimento do feminino e reforça desigualdades de poder entre os gêneros. Esse

sistema patriarcal tem raízes antigas na história humana e tem sido perpetuado por meio de estruturas sociais, políticas e econômicas que mantêm e reproduzem as desigualdades de gênero.

Desafiar e desconstruir essas influências requer um esforço coletivo, que envolve a conscientização, a educação, a promoção da igualdade de gênero e o reconhecimento da diversidade de identidades de gênero. A luta pela desconstrução do binarismo de gênero busca a criação de espaços mais inclusivos, onde todas as pessoas possam viver e expressar sua identidade de gênero de maneira livre, autêntica e sem preconceitos.

O binarismo de gênero, que categoriza as pessoas apenas como masculino ou feminino, tem consequências significativas na sociedade contemporânea. Essas consequências podem ser observadas em diferentes esferas, como nos aspectos sociais, psicológicos, políticos e de direitos humanos. A seguir, apresenta-se algumas das principais consequências do binarismo de gênero na sociedade atual.

a. Restrição da liberdade de expressão de gênero: O binarismo de gênero impõe normas estritas sobre como as pessoas devem se vestir, se comportar e se identificar. Isso limita a liberdade de expressão de gênero, dificultando para aqueles que não se enquadram nas categorias tradicionais de masculino e feminino a vivência plena e autêntica de sua identidade de gênero.

b. Reforço de estereótipos de gênero: O binarismo de gênero reforça estereótipos prejudiciais, associando características e papéis específicos a cada gênero. Esses estereótipos podem levar à discriminação e à marginalização daqueles que não se conformam às expectativas tradicionais de gênero. Por exemplo, a ideia de que as mulheres devem ser delicadas e emocionais, enquanto os homens devem ser fortes e assertivos, perpetua desigualdades de gênero e limita as oportunidades de desenvolvimento e realização individual.

c. Desigualdade de gênero e discriminação: O binarismo de gênero contribui para a desigualdade de gênero e a discriminação contra mulheres, homens e pessoas não conformes ao binarismo. As expectativas associadas a cada gênero podem levar à subvalorização do trabalho feminino, à limitação de oportunidades profissionais, à violência de gênero e à violação dos direitos humanos. Além disso, pessoas transgênero e não binárias enfrentam altos níveis de estigma, discriminação e exclusão social.

d. Saúde mental e bem-estar: O binarismo de gênero também tem impactos negativos na saúde mental e no bem-estar das pessoas. A pressão para se adequar às normas de gênero pode levar a problemas como ansiedade, depressão, baixa autoestima e disforia de gênero. A falta de reconhecimento e aceitação social também contribui para altos índices de suicídio entre pessoas transgênero.

e. Limitação da igualdade e diversidade: Ao manter um sistema binário de gênero, a sociedade contemporânea limita a igualdade e a diversidade. A igualdade de oportunidades e direitos é negada a pessoas que não se encaixam nas categorias tradicionais de gênero, restringindo suas escolhas e possibilidades. Além disso, a diversidade de identidades de gênero é negada e marginalizada, perpetuando um sistema que privilegia apenas duas opções de gênero.

Para enfrentar essas consequências do binarismo de gênero, é necessário promover uma perspectiva mais inclusiva e diversa em relação ao gênero. Isso envolve o reconhecimento e respeito às identidades de gênero não conformes, a desconstrução de estereótipos de gênero, a promoção da igualdade de gênero e o combate à discriminação e violência baseadas no gênero. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer o abandono do binarismo de gênero em favor de uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade humana. É nessa seara que a educação pode desempenhar um papel significativo na promoção e construção de espaços sociais seguros e respeitosos.

A instituição escolar binarista e heteronormativa

A necessidade de transformar a escola é urgente, especialmente quando se trata de questões de gênero. É fundamental descontinuar práticas e repensar conteúdos que servem apenas para perpetuar o binarismo de gênero, contribuindo assim para a marginalização e a disforia de gênero. Para que a escola se torne um espaço inclusivo e respeitoso, é crucial adotar abordagens alternativas na educação de gênero.

Uma abordagem inclusiva envolve reconhecer e respeitar a diversidade de identidades de gênero, indo além das noções tradicionais de masculino e feminino. Isso implica em proporcionar oportunidades de aprendizagem que reflitam a pluralidade de experiências e vivências de gênero existentes na sociedade. Ao incorporar perspectivas não binárias, transgênero e fluidas, a educação de gênero pode se tornar um espaço de acolhimento e empoderamento para todos os estudantes. Para isso, um exemplo significativo é fornecido por Lima (2021) que, a partir de sua experiência em um Coletivo de Educação Popular na cidade de Porto Alegre (RS), chamado TransEnem, considera que as identidades Trans devem ser vistas como marcadores educacionais na escola.

Políticas e práticas educacionais que promovem a diversidade de identidades de gênero também são essenciais para desbinarizar o ambiente escolar. Isso pode incluir a implementação de políticas de antidiscriminação e de igualdade de gênero, a capacitação dos educadores para lidar com questões de gênero de forma sensível e respeitosa, e a promoção de recursos educacionais que abordem a diversidade de identidades de gênero de forma positiva e educativa. Porém, como se sabe, desde 2004 o movimento “Escola sem Partido” tem

ido contra políticas de antidiscriminação e de igualdade de gênero, com mais de 60 projetos de lei no Congresso Nacional que buscam evitar a suposta doutrinação ideológica nas escolas. Essas propostas incluem a exclusão dos termos “orientação sexual” e “gênero” do Plano Nacional da Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas medidas têm sido contestadas por órgãos como o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e através de resoluções e leis específicas.

Além disso, é importante destacar exemplos de ações e intervenções que podem contribuir para mitigar a promoção da disforia de gênero pela instituição escolar ainda heteronormativa. Isso pode envolver a criação de espaços seguros e inclusivos, nos quais os estudantes possam expressar livremente sua identidade de gênero, sem medo de discriminação ou preconceito, como percebido na realidade do cursinho TransEnem. Também é fundamental o apoio emocional e psicológico aos estudantes que vivenciam disforia de gênero, por meio de serviços de aconselhamento e grupos de apoio, como preconizado pela APA (2015) e pelo Conselho Federal de Medicina (2011).

Ao adotar uma abordagem educacional que respeite a diversidade de identidades de gênero, a escola pode desempenhar um papel significativo na promoção do respeito, da igualdade e da valorização de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Ela deve ser um agente de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e respeitosa para todos.

No final da última década, Antônio Pierucci (1999) provocou uma reflexão sobre a busca pela igualdade versus a valorização da diferença. Hoje, com um maior conhecimento, podemos afirmar que a igualdade plena é uma utopia inalcançável. Os indivíduos não são iguais, são distintos, e essa diversidade se ma-

nifesta através de múltiplas identidades e vivências. Nesse contexto, a agenda política deve se fundamentar no reconhecimento e respeito à diferença. A escola tradicional, que perpetua uma visão dicotômica entre masculino/ feminino, heterossexual/ não-heterossexual, entre outras categorias, precisa ser superada. É necessário promover uma educação inclusiva que valorize a diversidade, indo além dessas categorias binárias e normativas.

No estudo realizado por Lopes (2017) sobre a escolarização de pessoas trans e suas experiências narrativas, fica evidente a violência e exclusão social direcionadas a esse grupo. Cardoso, Dias e Oliveira (2017), ao abordarem a violência contra pessoas trans, ressaltam a relação do conceito de “anormalidade” com a comunidade trans, enfatizando o papel da escola nesse processo. A escola, ao promover a manutenção da cultura binária e das normas que definem o ser homem e o ser mulher, acaba responsabilizando-se por perpetuar essa cultura e considerando tudo que foge desse padrão como anormal. Por sua vez, Santiago (2022), através de três categorias de análise - “a dimensão da diferença e do reconhecimento; “nos muros da escola” e “para além dos muros da escola” - conclui que a escola marginaliza e apaga os corpos trans e travestis, resultando em evasão escolar, silenciamento e impossibilidade de vivenciar e aprender com a diversidade em uma cultura educacional cisnormativa e binarista.

Esses e outros estudos revelam a necessidade factual de interromper a lógica educacional de exclusão e segregação, conforme preconizado por Neusa Gusmão (2016). Para a autora, a educação escolarizada deve:

resgatar e revalorizar o cotidiano e as práticas da sala de aula, para permitir que as chamadas diferenças sejam reconhecidas, mas, sobretudo, para compreendê-las como propriedade daquele que não é ‘igual’, sem, contudo, hierarquizar e ver nelas a desigualdade, tal como acontece nas chamadas sociedades de classe, sociedades de

nosso tempo. Compreender as diferenças como 'qualidade' que nos constitui como seres humanos, como parte de nossa humanidade, é um caminho possível, no qual o chamado 'outro' e diferente assume seu lugar e seus direitos, fazendo-se cidadão. Compreende-se, assim, porque aquele que educa não pode se omitir ou ignorar as diferenças, já que diferentes somos todos. (Gusmão, 2016, p. 51).

A instituição escolar deve promover a inclusão de todas as identidades de gênero, reconhecendo a diversidade como um valor fundamental no ambiente escolar. Além de desconstruir a cultura binária de gênero, superando a dicotomia entre masculino/feminino e heterossexual/não-heterossexual, permitindo que as pessoas se expressem livremente conforme sua identidade e orientação sexual. Para tal, é necessário combater a violência e o preconceito contra pessoas trans e travestis, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes. Nesse processo, deve-se repensar a estrutura curricular, pedagógica e arquitetônica das escolas, de forma a incluir perspectivas de gênero não normativas e promover a equidade entre os gêneros. E, igualmente importante, capacitar os profissionais da educação para lidar de forma sensível e respeitosa com as questões de identidade de gênero, proporcionando formação continuada e promovendo a reflexão sobre práticas inclusivas que, ao invés de segregar, valorizem a diferença.

Considerações Finais

Ao longo deste estudo, exploramos diferentes pontos relacionados à identidade de gênero e sexualidade, tais como: disforia de gênero, em seus aspectos biológicos e socioantropológicos, bem como o resgate sócio-histórico da construção do binarismo de gênero e a influência da instituição escolar nesse contexto. Com base nesses pontos levantados, pode-se concluir que é fundamental compreender e respeitar a multiplicidade de identidades de gênero e

orientações sexuais existentes. A sociedade e a instituição escolar devem ser espaços inclusivos, onde todas as pessoas possam expressar livremente sua identidade de gênero e orientação sexual, sem discriminação ou preconceito.

O modelo binário que categoriza as pessoas estritamente como masculinas ou femininas precisa ser questionado e desconstruído. É necessário promover uma compreensão mais ampla e fluida de gênero, reconhecendo que as identidades de gênero não se limitam a apenas duas categorias. Para tal, tornou-se evidente o papel da instituição escolar nessa desconstrução, pois a escola desempenha um papel crucial na promoção da diversidade e no combate à discriminação de gênero. É necessário repensar práticas pedagógicas, currículos e políticas educacionais de forma a incluir perspectivas não binárias e oferecer um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes.

Embora seja impossível abordar todo o debate sobre a temática em questão num único estudo, destacamos algumas sugestões para futuras pesquisas. Uma delas é a realização de estudos que explorem a vivência de pessoas trans na escola, investigando suas experiências de inclusão e as barreiras enfrentadas no ambiente educacional. Compreender melhor essas vivências pode fornecer insights valiosos para promover a inclusão e superar os desafios existentes. Outra área de pesquisa importante é a influência das representações de gênero nos materiais didáticos e na cultura escolar. Analisar como essas representações afetam a construção das identidades de gênero dos estudantes pode ajudar a identificar formas de promover uma educação mais inclusiva e livre de estereótipos de gênero. Além disso, é fundamental investigar a eficácia dos programas de formação de educadores no que se refere à promoção da inclusão de identidades de gênero e à desconstrução de estereótipos de gênero na escola. Avaliar criticamente esses programas permitirá aprimorá-los e torná-los mais efetivos no contexto educativo. Por fim, é importante explorar a re-

lação entre identidade de gênero e desempenho acadêmico, investigando os impactos positivos de um ambiente escolar inclusivo na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes. Exemplos como o TransEnem podem servir como referência para compreender como iniciativas que acolhem pessoas trans podem contribuir para o sucesso educacional e o desenvolvimento saudável dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. *Gender & Society*, v. 4, n. 2, 139-158, 1990. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1177/089124390004002002>. Acesso em: 30 jun. 2023.

American Psychiatric Association (APA). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, v. 70, n. 9, p. 832-864, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0039906>. Acesso em: 30 jun. 2023.

American Psychiatric Association (APA). Sexual orientation and homosexuality, 2008. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/lgbt/orientation>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ARISTÓTELES. Política. Tradução de C. N. Coelho. Editora: Martins Fontes, 1984.

ARNOLD, A. P. The organizational-activational hypothesis as the foundation for a unified theory of sexual differentiation of all mammalian tissues. *Hormones and Behavior*, v. 55, n. 5, p. 570-578, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.yhbeh.2009.03.011>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BENTO, B. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 485-488. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200009>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BOUCHER, F. J. O.; CHINNAH, T. I. Gender Dysphoria: A Review Investigating the Relationship Between Genetic Influences and Brain Development. Adolescent health, medicine and therapeutics, v. 11, p. 89-99, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2147/AHMT.S259168>. Acesso em 30 jun. 2023.

BURKE, S. M. et al. Male-typical visuospatial functioning in gynephilic girls with gender dysphoria - organizational and activational effects of testosterone. Journal of Psychiatry & Neuroscience, v. 42, n. 3, p. 164-171, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1503/jpn.150147>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BUTLER, J. Gender trouble: Feminism and the subversion of identity. Routledge, 1990.

CARDOÇO, H. M.; DIAS, A. F.; OLIVEIRA, D. A. Corpos trans na educação e o conceito de anormal. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis/ SC: EDUFSC, 2017, p. 01-12. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1517919000_ARQUIVO_Corpostransnaeducacao eo conceitodeanormal-HelmaCardoso.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

CARRARA, S.; RAMOS, S. (Orgs.). Travestis: Entre o estigma e a cidadania. EDUFBA, 2017.

CLEMENTS- NOLLE, K., MARX, R., KATZ, M. Attempted suicide among transgender persons: The influence of gender-based discrimination and victimization. Journal of Homosexuality, v. 51, n. 3, p. 53-69, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J082V51n03_04. Acesso em: 30 jun. 2023.

COLEMAN, E. et al. World Professional Association for Transgender Health (WPATH) Standards of Care for the Health of

Transgender, and Gender- Nonconforming People, Version 7. International Journal of Transgenderism, v. 13, n. 4, p. 165-232, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15532739.2011.700873>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CONNELL, R. W. Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics. Stanford University Press, 1987.

CONNELL, R. W. Masculinities. University of California Press, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: CFP, 2011.

CREWS, D. Epigenetics and its implications for behavioral neuroendocrinology. Frontiers in Neuroendocrinology, v. 33, n. 4, p. 370-377, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.yfrne.2008.01.003>. Acesso em: 30 jun. 2023.

D'HOORE, Laurens; T'SJOEN, Guy. Gender-affirming hormone therapy: An updated literature review with an eye on the future. JIM Journal of internal medicine, v. 291, n. 5, p. 574-592, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joim.13441>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DAVIS, Heath Fogg. Beyond trans: Does gender matter? NYU Press, 2015.

DRESCHER, J.; BYNE, W. (Eds.). Treating Transgender Children and Adolescents: An Interdisciplinary Discussion. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2012.

FACCHINI, R.. Diversidade sexual e de gênero, desigualdades e diferenças: refletindo sobre a violência LGBT no Brasil. In: CUNHA, G. Nascentes da; MARTINEZ, F. Jordão (Org.). Faces e interfaces da violência de gênero. Goiânia: UFG, 2017, p. 15-41.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MOSE, C.; DEVEREUX, M. The Medical Management of Gender Dysphoric, Gender Fluid, Gender Nonconforming, Gender

Queer, Nonbinary, and Transgender Patients: One Clinic's Approach. *Curr Sex Health Rep*, n. 11, p. 421-429, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11930-019-00221-y>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GOBINEAU, Arthur de. Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas. Tradução de M. A. Ferreira. Editora: Ediouro, 2006.

GOMEZ-GIL, E. et al. Determinants of Quality of Life in Spanish Transsexuals Attending a Gender Unit before Genital Sex Reassignment Surgery. *Quality of Life Research*, v. 15, n. 10, p. 1577-1582, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11136-013-0497-3>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GOOREN, L. J. The biology of human psychosexual differentiation. *Hormones and Behavior*, v. 50, n. 4, p. 589-601, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.yhbeh.2006.06.011>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GORSKI, R. A. et al. Evidence for a morphological sex difference within the medial preoptic area of the rat brain. *Brain Research*, v. 148, n. 2, p. 333-346, 1978. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0006-8993\(78\)90723-0](https://doi.org/10.1016/0006-8993(78)90723-0). Acesso em: 30 jun. 2023.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, Cultura e Educação na Formação de Professores. *Revista Antropológicas*, v. 27, n. 1, p. 45-71, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/24036>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FEINBERG, Leslie. Transgender warriors: Making history from Joan of Arc to Dennis Rodman. Beacon Press, 1996.

GUILLAMON, A. et al. Cortical activation during mental rotation in male- to-female and female- to-male transgender individuals under hormonal treatment. *Psychoneuroendocrinology*, v. 35, n. 8, p. 1213—1222, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psyneuen.2010.02.010>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GUILLAMON, A. et al. Hormonal therapy in gender dysphoria: A systematic review. *Archives of Sexual Behavior*, v. 45, n. 7, p. 1611-1643, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2265.2009>.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

HARE, L. et al. Androgen receptor repeat length polymorphism associated with male-to-female transsexualism. *Biological Psychiatry*, v. 65, n. 2, p. 93-96, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016%2Fj.biopsych.2008.08.033>. Acesso em: 30 jun. 2023.

HEMBREE, W. C. et al. Endocrine Treatment of Gender-Dysphoric/ Gender-Incongruent Persons: An Endocrine Society Clinical Practice Guideline. *Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 102, n. 11, p. 3869–3903, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1210/jc.2017-01658>. Acesso em: 30 jun. 2023.

KIMMEL, M. S. *The Gendered Society*. Oxford University Press, 2000.

KRUIJVER, F. P. et al. Male-to-female transsexuals have female neuron numbers in a limbic nucleus. *Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 85, n. 5, p. 2034- 2041, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1210/jcem.85.5.6564>. Acesso em: 30 jun. 2023.

LEV, A. I. *Transgender Emergence: Therapeutic Guidelines for Working with Gender-Variant People and Their Families*. Routledge, 2010.

LIMA, Alef de Oliveira. Tristeza, disforia e bem-estar: perspectivas etnográficas sobre a escolarização de Pessoas Trans. *Campos - Revista de Antropologia*, v. 22, n. 1, p. 33-48, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/Cra.V22i1.70305>. Acesso em: 01 jul. 2023.

LOPES, Fabrício Ricardo. *Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia*. Porto Velho, 2017, 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) apresenta à Fundação Universidade Federal de Rondônia Porto Velho, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/294854100>. Acesso em: 01 jul. 2023.

LORBER, Judith. *Paradoxes of Gender*. Yale University Press, 1994.

MARANHÃO FILHO, Eduardo M. de Albuquerque; FRANCO, Clarissa de. "Menino veste azul e menina, rosa" na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da "ministra terrivelmente cristã" dos Direitos Humanos. *Revista Brasileira de História das Religiões (RBHR)*, v. 12, p. 297-337, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/48106>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MEAD, M. *Sexo e Temperamento: Em Três Sociedades Primitivas*. São Paulo: Perspectiva, 1935.

NAMASTE, Viviane. *Invisible lives: The erasure of transsexual and transgendered people*. University of Chicago Press, 2000.

PATISAUL, H. B.; ADEWALE, H. B. Long-term effects of environmental endocrine disruptors on reproductive physiology and behavior. *Frontiers in Behavioral Neuroscience*, v. 3, p. 10, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3389%2Fneuro.08.010.2009>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PHOENIX, C. H. et al. Organizing action of prenatally administered testosterone propionate on the tissues mediating mating behavior in the female guinea pig. *Endocrinology*, v. 65, n. 3, p. 369-382, 1959. Disponível em: <https://doi.org/10.1210/endo-65-3-369>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PLATÃO. *O Banquete*. Petrópolis: Vozes, 2014.

RIOS, Roger Raupp; PIOVESAN, Flávia. A discriminação por orientação sexual. In: *Seminário Internacional - As minorias e o direito*, 2001, Brasília. *Série Cadernos do CEJ*, v. 24, 2003. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/693_609_riosroger.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

SANTIAGO, V. *A escolarização de pessoas trans e travestis em Sobral-CE: uma análise dos relatos de experiência*. 50f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas) apresentada à Universidade Federal do Ceará, Sobral, CE, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/71315/1/2022_dis_VCSantiago.pdf.

Acesso em: 30 jun. 2023.

SAVIC, I.; ARVER, S. Sex dimorphism of the brain in male-to-female transsexuals. *Cerebral Cortex*, v. 21, n. 11, p. 2525-2533, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cercor/bhr032>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SERANO, J. *Whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Seal Press, 2007.

STONE, S. The empire strikes back: A posttranssexual manifesto. In: Abdelwahab Bouhdiba (Org.). *Sexuality in Islam*. Routledge, 1991, p. 101-106.

STRYKER, S. *Transgender history*. Seal Press, 2008.

SUESS SCHWEND, A. Trans health care from a depathologization and human rights perspective. *Public Health Rev.*, v. 41, n. 3, p. 3-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40985-020-0118-y>. Acesso em: 30 jun. 2023.

TENÓRIO, L. F. P.; MÁXIMO PRADO, M. A. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 41-55, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17175>. Acesso em: 30 jun. 2023.

VALENTINE, D. *Imagining transgender: An ethnography of a category*. Duke University Press, 2007.

WEININGER, Otto. *Sexo e Caráter*. Tradução de J. G. Cunha. Editora: Iluminuras, 2003.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Doing Gender. *Gender & Society*, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/189945>. Acesso em: 30 jun. 2023.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Penguin Classics, 2010.

WPATH. Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender- Nonconforming People, Version 7. International Journal of Transgenderism, v. 13, n. 4, p. 165-232, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15532739.2011.700873>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ZHOÜ, J. N. et al. A sex difference in the human brain and its relation to transsexuality. Nature, v. 378, n. 6552, p. 68-70, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/378068a0>. Acesso em: 30 jun. 2023.

¹ SOBRE O AUTOR

Diego Vinícius Brito dos Santos É: Professor pedagogo e servidor público efetivo, com experiência na docência nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil. Possui mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2022), com pesquisa focada na obra e filosofia de Friedrich Nietzsche. É graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, 2018) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2022), onde desenvolveu estudos sobre desigualdade social e meritocracia no contexto escolar. É autor do livro "Nietzsche e os valores modernos" (2022). Dedicar-se à formação continuada em áreas como Psicopedagogia Clínica e Institucional, Neuropsicopedagogia, Educação Inclusiva e Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), aprofundando conhecimentos para atuação em contextos educacionais diversos e inclusivos. Seus interesses acadêmicos abrangem Filosofia, Educação Inclusiva, Currículo e Prática Docente, Direitos Humanos e Gestão Escolar, com foco na formação integral e inclusiva.

E-mail: diego_svt@hotmail.com.br

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9064-0663>

CV: <https://lattes.cnpq.br/4347574894656811>

